

FORMAÇÃO SINDICAL: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS COMISIONES OBRERAS (CCOO) DA ESPANHA E A CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT) DO BRASIL

Union formation: a comparative study between the spanish Comisiones Obreras (CCOO) and the brazilian Central Única dos Trabalhadores (CUT)

TUMOLO, Paulo Sergio ¹

RESUMO

O objetivo do texto é o de analisar a política de formação sindical das *Comisiones Obreras* (CCOO) da Espanha e apresentar elementos comparativos com a política nacional de formação sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Brasil. A discussão apresentada sobre as CCOO e sua política de formação sindical é resultado de uma investigação feita na Espanha entre os anos de 2008 e 2009, durante a realização do estágio pós-doutoral do autor. A exposição dos resultados do estudo começa com a apresentação das CCOO, sua evolução histórica e as mudanças que ocorreram em sua estratégia política. Num segundo momento, descreve e analisa a formação sindical das CCOO, suas principais características e mudanças que aconteceram e, a partir daí, estabelece uma relação entre o caminho traçado pela formação sindical com o itinerário político da Confederação sindical. Por fim, faz um paralelo entre o caso espanhol estudado e um caso brasileiro, a formação sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Palavras-chave: Formação sindical; CCOO; CUT.

ABSTRACT

This text aims at analyzing the policy of trade union formation of the *Comisiones Obreras* (CCOO), Spain, and at presenting the comparative elements with the National Policy of the trade union formation of the Central Única dos Trabalhadores (CUT), Brazil. The discussion presented on the CCOO and its union formation policy is the result of an investigation carried out in Spain, during the years 2008 and 2009, during the author's post-doctoral program. The results, firstly, present a historical background of the CCOO, its historical development and the changes occurring in its political strategy, and secondly, describe and analyze the union formation of the CCOO, its main characteristics and changes occurring and, based on that, establishes a relationship between the path taken by the union formation and the political itinerary of the union Confederation. Lastly, it compares the Spanish case studied and the Brazilian case, the union formation of the Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Keywords: Union formation; CCOO; CUT.

¹ Doutor em Educação e Professor do Centro de Ciências da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. E-mail: tumolo@ced.ufsc.br.

O objetivo do presente texto é o de analisar a política de formação sindical das *Comisiones Obreras* (CCOO) da Espanha ao longo de sua história, estabelecer uma relação com a trajetória política dessa confederação sindical e, por fim, buscar apresentar elementos comparativos com a política nacional de formação sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Brasil.

A discussão aqui apresentada sobre as CCOO e sua política de formação sindical é resultado de uma investigação feita na Espanha entre os anos de 2008 e 2009, durante a realização de meu estágio pós-doutoral.² Como seria impossível, dados os limites de um artigo, fazer uma descrição e uma análise pormenorizadas, apresento, neste texto, os elementos conclusivos de todo o estudo realizado. A exposição dos resultados da investigação começa com a apresentação das CCOO, sua evolução histórica e as mudanças que ocorreram em sua estratégia política. Num segundo momento, passo a descrever e analisar a formação sindical das CCOO, suas principais características e mudanças que aconteceram e, a partir daí, procuro estabelecer uma relação entre o caminho traçado pela formação sindical com o itinerário político da Confederação sindical. Em seguida, busco fazer um paralelo entre o caso espanhol estudado e um caso brasileiro, a formação sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

1. AS *COMISIONES OBRERAS* (CCOO)

Na Espanha há uma quantidade incalculável de sindicatos, federações e confederações sindicais, organizadas por ramos de atividade e/ou de acordo com um determinado perfil político-ideológico, e centrais sindicais, muitas delas formadas nas comunidades autônomas, que compõem o reino da Espanha. Contudo, devido à abrangência e representatividade, é possível considerar que existem três centrais sindicais: as *Comisiones Obreras* (CCOO), a maior delas em número de filiados e de delegados sindicais, seguida de perto da *Unión General de los Trabajadores* (UGT) e a *Unión Sindical Obrera* (USO), que aparece bastante distante das duas primeiras.

Costuma-se dividir a história inicial das *Comisiones Obreras* (CCOO) em três etapas: 1. movimento espontâneo, 2. movimento organizado, e 3. central sindical.

As primeiras *Comisiones Obreras* nasceram no final da década de 1950 como um movimento espontâneo de trabalhadores, que surgem em fábricas, minas e campos para reivindicar melhorias trabalhistas diante das direções das empresas, à margem e contra o sistema franquista. A partir de 1964 as CCOO iniciam sua caminhada como movimento organizado, conseguindo a aglutinação e a coordenação, em grande medida, do movimento operário espanhol.

No início, as *Comisiones Obreras* não estavam afinadas com uma determinada concepção política e ideológica, já que, nelas, havia uma confluência de vários segmentos e correntes político-ideológicas. Delas participavam tanto as organizações legais como as irmandades católicas, grupos de esquerda, assim como socialistas, comunistas e anarco-sindicalistas que se encontravam na ilegalidade. Mas também militantes e

² A pesquisa contou com apoio do CNPq.

grupos não organizados que nunca haviam entrado em contato com o sindicalismo organizado. Contudo, o Partido Comunista da Espanha trabalhou ativamente dentro delas, e pouco a pouco começou a conquistar posições importantes, de tal maneira que, em 1967, quando se realizou a primeira assembleia nacional, seus membros já controlavam os órgãos diretivos nacionais.

As *Comisiones Obreras* permaneceram como uma organização clandestina até abril de 1977, data em que foi legalizada sob a denominação oficial de *Confederação Sindical de Comisiones Obreras* (C.S. CCOO). Em junho de 1978 realiza seu primeiro congresso confederal no qual se elegeu uma direção estável, sendo nomeado o secretário geral Marcelino Camacho, militante histórico do PCE e das CCOO, que foi sua mais importante liderança, e que se manteve no cargo até 1987.

Sobre essas fases iniciais das CCOO, as chamadas três etapas, há uma razoável produção bibliográfica, tanto de pesquisadores acadêmicos como de autores-militantes, principalmente das próprias fileiras das CCOO. Os estudos mais sistemáticos, os mais importantes textos, inclusive aqueles que se tornaram clássicos, cobrem o período que vai das origens das CCOO até o final da década de 1980, contrastando com o período mais recente, sobre o qual há uma escassa produção.

Praticamente todos os autores consultados são unânimes com relação à caracterização das CCOO durante o período que vai de seu nascimento como movimento espontâneo até sua legalização em 1977, identificando-as como um sindicalismo combativo, com um claro perfil de esquerda e, sobretudo, classista, apresentando diferenciadores em relação às formas sindicais anteriores.

A legalização, que ocorreu no final dos anos 1970, significou o auge e a consolidação das CCOO, fruto da luta aguerrida e heroica do sindicalismo combativo e de esquerda na Espanha. Mas, ao mesmo tempo, significou também o marco inicial de uma inflexão em sua trajetória política que resultaria em agudas alterações.

As características que imprimiram a marca registrada das CCOO em suas fases iniciais começam a sofrer profundas mudanças a partir dos anos 1980 e se tornam mais visíveis no período em que o secretário geral foi Antonio Gutiérrez, eleito no IV Congresso em 1987, reeleito no V Congresso em 1991 e permanecendo no cargo até o ano 2000.

Como há uma escassa produção acadêmica acerca das CCOO que se debruçou sobre o período mais recente, tive de recorrer a textos esparsos, documentos das CCOO e pronunciamentos de suas principais lideranças, o que possibilitou alinhar uma compreensão do processo de transformação pelo qual passaram as CCOO a partir dos anos 1980.

Numa conferência pronunciada em janeiro de 1992 (cf. GUTIÉRREZ, 1993), o então secretário geral, Antonio Gutiérrez, advoga que o Estado e a sociedade civil, imbricados e em parceria, devem encaminhar ações, sejam em âmbito estatal – política econômica –, sejam na esfera da sociedade civil – mercado de trabalho, emprego, etc. –, que redundem não apenas numa democracia política, mas também numa “democracia econômica – entendida como integração de todos e todas por vínculos que garantam a vida, a

autonomia e o desenvolvimento” –, o que criaria as condições necessárias para a concretização do objetivo fundamental: a coesão social. Dessa forma, os sindicatos, em parceria com o Estado, também devem orientar sua estratégia para a mesma finalidade, a coesão social, o que significa dizer que a luta deve ser no sentido de aperfeiçoar o capitalismo, buscando superar seus defeitos e limites. Desaparecem, nessa estratégia, a perspectiva anticapitalista e socialista, e, por essa razão, a luta de classes, bem como a compreensão do caráter classista do Estado, como sendo a expressão política do poder da classe capitalista sobre o conjunto da sociedade, que foram as características marcantes das CCOO nos períodos anteriores. No fundo, trata-se de uma estratégia reformista, nos moldes do projeto social-democrata.

Tanto a análise da realidade como o desenho estratégico, e as ações táticas daí derivadas, apresentados por Gutiérrez, foram retomados e aprofundados por seu sucessor José María Fidalgo, que ficou na secretaria geral das CCOO por duas gestões, de 2000 a 2008. Num texto com o título “Sindicato e sociedade” (FIDALGO, 2001), faz uma espécie de apologia da globalização, propõe o fortalecimento das sociedades abertas, da democracia e dos direitos de cidadania, vale dizer, dos fundamentos da ordem capitalista e, para alcançar tais objetivos defende a associação entre capital e trabalho e o papel do sindicato como estabilizador social. Como se ainda não bastasse, ainda propugna a compreensão de que o trabalho ou a classe trabalhadora constitui-se como **capital humano**.

Os dois dirigentes expressam os rumos tomados pelas CCOO a partir do final dos anos 1980 até o presente momento e o Programa de ação aprovado no 8º Congresso Confederal (2004) confirma claramente os postulados estratégicos apresentados pelos secretários gerais que dirigiram a central de 1987 a 2008, inclusive identificando a classe operária com capital humano (cf. CONFEDERACIÓN SINDICAL DE COMISIONES OBRERAS, 2004, p. 52).

O livro de Führer (1996), um dos raros textos que faz um estudo sistemático e exaustivo do movimento sindical espanhol numa perspectiva crítica e cobrindo também o período da transição democrática, confirma as profundas mudanças que ocorreram em sua trajetória. A conclusão de seus estudos, que tomam como objeto privilegiado as duas principais centrais sindicais espanholas – CCOO e UGT -, é enfática: “o movimento sindical espanhol se **orienta claramente em direção à reforma**” (FÜHRER, 1996, p. 383, tradução livre, sem grifo no original). E complementa: “se em seu momento, os sindicatos espanhóis figuravam entre os mais radicais da Europa Ocidental, com a desapareção do regime autoritário **abandonaram seu rumo de confrontação com o Capital e o Estado**” (FÜHRER, 1996, p. 383, tradução livre, sem grifo no original). Agora, sua estratégia passa a basear-se na negociação, sobretudo no âmbito central da política de concertação com empresários e governo e nos pactos-macro, subscritos no marco da “concertação social”.³

³ O processo de profundas mudanças políticas que ocorreram na trajetória das CCOO foi o pano de fundo do surgimento do Setor Crítico, corrente formada em 1996 ainda durante a gestão de Gutiérrez, que conta com o apoio do ex-secretário geral Marcelino Camacho.

A partir da compreensão da evolução histórica e das mudanças políticas das *Comisiones Obreras*, será feita, a seguir, uma explanação de seu trabalho de formação sindical.

2. A FORMAÇÃO SINDICAL DAS COMISIONES OBRERAS (CCOO)

Antes de adentrar-me propriamente no tema, cabe uma informação que me parece pertinente. A produção acadêmica sobre a formação sindical na Espanha é praticamente inexistente,⁴ o que evidenciou, por um lado, a importância da pesquisa que realizei, mas, por outro lado, significou um enorme esforço, porque tive de abrir caminho praticamente sozinho, sem outros textos sobre os quais me apoiar. Por essa razão, debruçei-me e examinei, de forma exaustiva, os documentos e uma enorme quantidade de materiais produzidos para a formação sindical, focalizando, sobretudo, os temas escolhidos, os conteúdos, o “espírito” e a perspectiva política, para tentar extrair daí as principais características e, principalmente, as possíveis alterações ocorridas desde os primeiros momentos até a atualidade. Novamente, aqui, cabe informar que somente poderei apresentar os elementos conclusivos do estudo, uma vez que uma explanação detalhada extrapolaria os limites postos para um texto desta natureza.

2.1. A formação sindical em seus primórdios

É muito difícil precisar quando se iniciaram as primeiras atividades de formação sindical⁵ dentro das CCOO, uma vez que estas nasceram e cresceram de forma clandestina sob forte regime ditatorial, o que, certamente, inviabilizou o registro de suas ações políticas. As primeiras atividades sistemáticas de formação de que se têm registro começam na segunda metade da década de 1970, coincidindo com o período de legalização das CCOO que ocorreu em 1977, a partir da criação da Escola Central Juan Muñiz Zapico.

A atividade que inaugurou o trabalho de formação da Escola foi justamente a intervenção que fez Camacho, a grande liderança das CCOO, que posteriormente foi publicada na brochura intitulada “Princípios em que se baseia o movimento sindical e o novo estilo de CCOO” (CAMACHO, s/d), que se converteu numa espécie de manifesto-programa que caracterizaria a identidade da Confederação sindical em seu primeiro grande período histórico, como um sindicato de novo tipo, de caráter sócio-político, de massas e de classe, democrático, independente, unitário e “assembleário”, que busca articular a luta reivindicativa com a luta revolucionária, numa perspectiva anticapitalista. Tais características também estarão presentes na formação sindical que começa a tomar corpo naquela época e,arão, sem dúvida, seu tom e sua orientação política.

Na segunda metade dos anos 1970, a Secretaria de Formação editou seis cadernos que seriam utilizados como material de formação. Uma avaliação deles evidencia que seu conteúdo tem um caráter marcadamente classista e,

⁴ Obviamente, não estou referindo-me, aqui, à enorme quantidade de material produzido pelos sindicatos e centrais sindicais utilizado em suas atividades de formação sindical.

⁵ Este texto aborda a formação sindical, dirigida a delegados sindicais e quadros militantes e não a formação ocupacional ou profissional, destinada a um público mais geral.

em sua totalidade, reflete claramente a necessidade da relação entre a luta reivindicativa com a luta para a superação do capitalismo e sua forma de exploração.

A partir da edição desses cadernos, o trabalho de formação sindical foi, gradativamente, tomando corpo. No início da década de 1980 era oferecido um “curso nível básico” de formação sindical composto por dez temas, correspondendo a cada um deles um caderno de formação com seu respectivo conteúdo. Seguindo a mesma linha e a mesma lógica dos textos anteriores, vários desses novos cadernos abordam temas que dizem respeito a questões específicas da luta reivindicativa e têm um perfil mais informativo do que analítico, sendo que alguns deles são uma reprodução alterada e ampliada dos materiais anteriores. Mesmo assim, não perdem de vista o caráter capitalista da produção na sociedade contemporânea.

A apreciação de todo esse material de formação não deixa dúvidas a respeito de seu caráter político. O conteúdo de vários cadernos, sobretudo aqueles iniciais, tem um claro perfil anticapitalista e classista, uma vez que faz uma crítica contundente aos fundamentos do sistema capitalista – a propriedade privada dos meios de produção, a produção da mais-valia em suas duas formas, absoluta e relativa, o processo de exploração capitalista, o desemprego e as crises como manifestações das contradições da acumulação capitalista, o Estado como a forma de poder por excelência da classe capitalista, a luta antagonista entre as classes sociais fundamentais, etc. –, e aponta claramente a necessidade de sua superação. Por isso, faz também uma explanação histórica acerca das formas de luta que a classe trabalhadora engendrou para combater sua antagonista e seu sistema de produção e exploração, destacando, obviamente, a luta sindical, que, numa perspectiva classista, deve buscar a articulação entre as lutas imediatas, reivindicativas, com a luta revolucionária, que tem como objetivo a superação do capitalismo, em direção ao socialismo. Por sua vez, os temas eleitos para a formação sindical guardam uma coerência com a necessidade de articulação dessas duas formas de luta.

2.2. As mudanças na formação sindical e seu caráter na atualidade

Mudanças na formação sindical começam a surgir nos anos 1990. Em meados dessa década, a Secretaria Confederal de Formação Sindical das CCOO publicou vários cadernos, com onze temas, sob o título geral de *O livro do delegado/a sindical*, que foram reeditados, revisados ou não, nos anos subsequentes e que serviriam de material para os cursos de formação para delegados.

Uma observação desse material, quando se compara com os cadernos da década anterior, evidencia que as questões referentes à análise do sistema capitalista e sua caracterização praticamente desaparecem. A maioria dos cadernos trata de temas conjunturais, muitas vezes com uma abordagem *técnica*, que dizem respeito à luta reivindicativa.

Nos últimos períodos, o curso de negociação coletiva se tornou o eixo central de todo o programa de formação sindical. Uma vez que ele ocupa tal posto fundamental, foi necessário analisar seu conteúdo, presente nos materiais produzidos entre 1998 e 2007 e, principalmente no caderno editado em 2008, intitulado *Negociação coletiva – curso básico*.

As diferenças de tratamento do mesmo assunto – negociação coletiva – são bastante acentuadas quando se comparam esses cadernos recentes com aqueles da década de 1980. Um dos cadernos editados naquela época afirmava que a negociação coletiva tinha de ser analisada no contexto da luta de classes. Nele, afirma-se:

Na negociação coletiva incidem dois interesses antagônicos: os da classe patronal, que buscará nela uma forma ágil de racionalizar e institucionalizar para o maior tempo possível a organização capitalista do trabalho e o aumento dos ritmos de produtividade e de exploração, e os da classe trabalhadora, interessada em usar a negociação coletiva como instrumento de resistência contra a exploração e melhoria das condições de vida, como uma ocasião de reforçar o grau de organização autônoma, unidade e solidariedade, e de conquistas de parcelas de liberdade e de poder dentro da empresa, **para ir minando o poder do capital no nosso caminho ao socialismo** (CONFEDERACIÓN SINDICAL DE COMISIONES OBRERAS / SECRETARÍA DE FORMACIÓN, 1980c, p. 3, sem grifo no original, tradução livre).

No caderno editado em 2008 nada disso aparece. Aqui, a negociação coletiva não ocorre entre duas classes que têm interesses antagônicos; de um lado, a classe patronal que buscará com a negociação o aumento dos ritmos de produtividade e de exploração e, de outro, a classe trabalhadora que, com ela, pretende conseguir avanços em suas condições de trabalho e de vida e, no limite, a superação do capitalismo em direção ao socialismo. O caderno recente substitui a luta de classes, a perspectiva anticapitalista e a compreensão da exploração, pela ideia do conflito e de sua resolução, por intermédio da negociação, de tal maneira que ambas as partes sintam que suas respectivas necessidades foram satisfeitas suficientemente, superando, assim, as desigualdades para manter a equidade social.

Nota-se, também, uma diferença de tratamento com respeito à caracterização das próprias *Comisiones Obreras*. O caderno produzido no início dos anos 1980, intitulado *O sindicalismo - Nosso sindicalismo*, começa com uma análise do sistema capitalista, sobretudo da exploração por meio da produção da mais-valia pelos trabalhadores, base do lucro do capitalista, e da tendência de diminuição dos salários, com vistas a aumentar o máximo possível a mais-valia. Por isso, os sindicatos, que se originam dentro do capitalismo, buscam justamente frear essas tendências do capital, na medida em que são capazes de organizar e aglutinar os trabalhadores. O caderno segue apresentando as CCOO como um novo tipo de sindicalismo, que tem como objetivo principal a articulação da luta reivindicativa com a luta revolucionária, com vistas à superação do sistema capitalista. Por sua vez, o caderno publicado em 2008 dedica a primeira unidade didática à explanação das CCOO, e apresenta apenas seus elementos organizativos e estruturais sem abordar todas as questões políticas presentes nos cadernos iniciais.

Porém, um dos aspectos mais relevantes desse caderno diz respeito aos objetivos da ação sindical, orientados tão somente à luta reivindicativo-sindical. Desaparecem, por completo, os objetivos históricos da classe trabalhadora, vale dizer, a luta pela superação do capitalismo em direção ao socialismo e, por consequência, a articulação dessas duas formas de luta, que tinha sido a marca distintiva das CCOO em seus períodos iniciais.

Outro elemento a ser destacado se refere aos temas eleitos para a formação sindical nos períodos recentes e nos anteriores. Uma comparação entre eles demonstra distinções substantivas. Nos materiais produzidos a partir de meados dos anos 1990, praticamente deixam de aparecer temas referentes à

análise e crítica do modo de produção capitalista e suas características – mais-valia, exploração, etc. –, o Estado, como forma de poder da classe capitalista, as contradições da acumulação, sobretudo as crises capitalistas, a luta de classes, a necessidade de superação do capitalismo, o socialismo, o sindicalismo classista, etc., temas tão presentes e recorrentes nos materiais de formação anteriores.

A mudança no teor político da formação sindical ainda pode ser sentida por meio de dois aspectos que devem ser sublinhados: a questão do financiamento e a defesa da ideia da formação de capital humano.

As atividades de formação sindical são financiadas em parte pela contribuição dos filiados das CCOO e, em outra parte, por organismos e fundações governamentais, por intermédio de um intrincado processo de tramitação, e por fundos advindos da comunidade europeia. Para Botas (2002, p. 117), “isto impede que os sindicatos desfrutem de uma independência real e efetiva”.

O segundo aspecto diz respeito à questão do capital humano. A página *web* na internet da Escola Sindical Confederal Juan Muñiz Zapico faz uma descrição do modelo de formação sindical, relacionando-o com a necessidade de investir na formação do capital humano. A Escola considera que os filiados das CCOO, mais de um milhão de pessoas, são seu melhor capital. Por isso,

todo investimento para aumentar a capacitação desse capital humano será a mais propícia, a mais rentável, a que mais retroalimente a organização em sua função de transformação social. [...] O investimento na melhoria do capital humano que se pretende produzirá benefícios multipolares e não só unidirecionais, pelo que se faz mais necessário que nunca o concurso das distintas organizações em todos os níveis (http://www.ccoo.es/cscocoo/menu.do?Areas:Formacion_sindical:Formacion_sindical_en_CCOO, tradução livre, acesso em 25/08/09).

A chamada teoria do capital humano, como se sabe, foi elaborada no final da década de 1950 e exerceu uma grande influência em muitos países, inclusive no Brasil durante os anos 1960 e 1970, e que, apesar de ter nascido no âmbito da economia, teve uma enorme penetração no campo da educação. Por isso, foi alvo de uma intensa crítica, que resultou numa larga produção bibliográfica, particularmente no Brasil. Não caberia neste texto a reprodução de todo o estado da discussão. O que importa ressaltar é que tal “teoria” se constituiu muito mais como uma ideologia que buscou justificar muitos dos aspectos constitutivos do sistema capitalista, ou seja, como uma “teoria” do e para o capital. Por isso, causa certa surpresa que uma organização de trabalhadores como as CCOO tenha incorporado tal concepção, ainda mais quando se considera a enorme quantidade de material crítico a respeito, o que indica, claramente, que vem se amoldando à lógica do capital.

Uma análise comparativa abrangente, a partir das características, dos conteúdos e dos temas eleitos presentes no material estudado, entre a formação sindical desenvolvida desde os primórdios até a década de 1980 e aquela realizada nos períodos subseqüentes, até a atualidade, permite concluir que a primeira, apesar de seus evidentes limites, tinha um claro caráter anticapitalista e classista, uma vez que fazia a crítica aos fundamentos do sistema capitalista – a propriedade privada dos meios de produção, a produção da mais-valia, o processo de exploração capitalista, o desemprego e as crises como manifestações das contradições da

acumulação capitalista, o Estado como a forma de poder por excelência da classe capitalista, a luta antagônica entre as classes sociais fundamentais, etc. –, e indicava a necessidade de sua superação. Como consequência, apresentava uma exposição histórica a respeito das formas de luta que a classe trabalhadora criou para combater sua antagonista e seu sistema de produção e exploração, destacando a luta sindical, que, numa perspectiva classista, deve buscar a articulação entre as lutas imediatas, reivindicativas, com a luta revolucionária, que tem como objetivo a superação do capitalismo, em direção ao socialismo. Uma vez que as *Comisiones Obreras* se reivindicavam como um sindicalismo de novo tipo que procurava travar as duas lutas articuladamente, a formação sindical guardava coerência com esse caráter, ou seja, formava seus delegados e quadros nessa perspectiva. Diferentemente, nos períodos mais recentes, a formação sindical, embora muito mais organizada e estruturada, foi perdendo o perfil anticapitalista e classista, de tal maneira que seu horizonte passou a ser, apenas, a luta sindical-reivindicativa.

Tal constatação nos possibilita traçar uma relação entre a formação sindical e a trajetória política das CCOO. Como vimos anteriormente, as *Comisiones Obreras* tinham, em seu período inicial – dos anos 1960 até o início da década de 1980 –, uma estratégia radical e combativa com um claro perfil classista e anticapitalista, que buscava combinar a luta reivindicativa com a luta revolucionária, com vistas à superação do sistema capitalista. Com o passar do tempo, sobretudo a partir dos anos 1980, sua estratégia de ação política foi perdendo radicalidade e passou a ter um caráter reformista, abandonando seu rumo de confrontação com o capital e o Estado, baseada na negociação, sobretudo no âmbito central da política de concertação com empresários e governo e nos pactos-macro, subscritos no marco da “concertação social”. Apesar de sua relativa independência e de pequenas diferenças com relação aos momentos históricos, a política de formação sindical das CCOO refletiu, em seu âmbito específico, as mesmas perspectivas estratégicas adotadas pela Central ao longo de sua história e seguiu o mesmo caminho, vale dizer, de uma formação sindical que tinha um caráter classista e anticapitalista, que procurava, a despeito de todos os limites, municiar seus militantes para a articulação da luta reivindicativa com a luta revolucionária, para uma formação sindical que, agora, tem como objetivo prepará-los apenas para a luta reivindicativo-sindicalista.

3. ELEMENTOS COMPARATIVOS ENTRE AS CCOO E A CUT BRASILEIRA E SUAS FORMAÇÕES SINDICAIS

A explanação realizada anteriormente permite fazer uma comparação ou, pelo menos, uma aproximação entre o caso espanhol, as CCOO e sua formação sindical, com um caso brasileiro, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e sua formação sindical.

Em seu livro *Da contestação à conformação - A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*, Tumolo (2002) estudou tanto a trajetória histórica da CUT como as atividades de formação político-sindical desenvolvidas por ela. No livro, o autor afirma que

é possível vislumbrar três fases na trajetória do sindicalismo cutista. Primeiramente, aquela que vai de 1978/83 até aproximadamente 1988, que se caracteriza por uma

ação sindical combativa e de confronto. A segunda, cujo período aproximado é de 1988 a 1991, que pode ser classificada como a fase de transição e, por último, a mais recente, caracterizada por um sindicalismo propositivo e negociador. Trata-se de uma mudança política substancial, de um sindicalismo combativo e de confronto, de cunho classista e com uma perspectiva socialista, para uma ação sindical pautada pelo trinômio proposição/negociação/participação dentro da ordem capitalista que, gradativamente, perde o caráter classista em troca do horizonte da "cidadania" (TUMOLO, 2002, p. 17).

Ao analisar a evolução da política nacional de formação sindical, Tumolo constatou não só as profundas mudanças que se operaram em seu âmbito, como, principalmente, o caminho traçado por elas. No primeiro período, entre 1984 e 1986, apesar de todos os problemas e limites, a formação sindical buscou se construir sob uma perspectiva claramente classista e anticapitalista, com o objetivo de oferecer aos quadros militantes um aporte teórico-político necessário para municiá-los não só para a luta estritamente sindical, mas, sobretudo, para a luta de classes, com vistas à construção de uma sociedade socialista, em conformidade com a primeira fase da CUT, caracterizada por uma ação sindical combativa e de confronto. Com o passar do tempo, a formação sindical cutista foi se modificando e, gradativamente, adquirindo um caráter de *formação instrumental*, vale dizer, que busca preparar os militantes para atender às demandas da conjuntura e do cotidiano sindical ou, ainda, que aborda questões específicas. Por fim, num terceiro momento, com o advento da formação profissional e a tendência de a formação sindical ceder lugar e se subsumir à sua lógica, a formação sindical vai se moldando de tal maneira a entrar em sintonia com a terceira fase da CUT, caracterizada por um sindicalismo propositivo e negociador, dentro da ordem capitalista. Guardadas as diferenças de datas que demarcam os distintos períodos e reconhecendo, de um lado, a relativa autonomia e especificidade da formação sindical e, de outro, que se trata de uma relação de mão dupla, pôde-se averiguar que suas três fases são expressão, no âmbito da formação sindical, das três fases identificadas na trajetória política da CUT.

A pesquisa de Tumolo sobre a formação sindical da CUT abrangeu o período que vai da primeira metade da década de 1980 até 1998. Contudo, em sua dissertação de mestrado, Corrêa (2009) dá sequência a esse estudo, abarcando a época posterior, de 1998 até 2008. Nela, o autor reforça as teses apresentadas no livro de Tumolo e demonstra que a mesma orientação política se manteve no período recente, sobretudo quando a educação profissional e a alfabetização de adultos, com recursos públicos, se converteram em prática prioritária da sua Política Nacional de Formação (PNF).

Dessa forma, uma análise comparativa entre os estudos feitos por Tumolo e por Corrêa sobre a CUT brasileira e sua política de formação sindical e o estudo sobre as CCOO da Espanha e sua política de formação sindical permite chegar a algumas conclusões que serão expostas, a seguir, na forma de tópicos:

- Há uma diferença nos períodos de existência das duas centrais sindicais. As CCOO nasceram no final dos anos 1950 e se consolidaram na década seguinte, enquanto que a CUT gestou-se no final dos anos 1970 e se consolidou na década de 1980.

- As duas nasceram no contexto de ditaduras – as CCOO sob a ditadura de Franco, instituída a partir de sua vitória na guerra civil espanhola e a CUT sob a ditadura burguês-militar instaurada a partir do golpe de 1964 –, tinham um fortíssimo componente antiditatorial e foram duramente reprimidas, permanecendo, por um tempo, na ilegalidade.
- Ambas buscaram, em seu nascimento, diferenciar-se de todas as formas tradicionais de organização política e sindical. As CCOO se reivindicavam como “novo modelo sindical” e os estudiosos da CUT a caracterizaram como “novo sindicalismo”.
- Existem muitas semelhanças na composição política das duas centrais sindicais em seu nascedouro. Ambas foram formadas por organizações e correntes políticas de esquerda muito variadas, inclusive de origem cristã, e por militantes independentes, que não estavam organizados em nenhuma delas.
- Entretanto, pelo menos nos períodos iniciais, há uma marcada diferença de comando político entre elas. No início, as CCOO não estavam afinadas com uma determinada concepção política e ideológica, mas pouco a pouco o Partido Comunista da Espanha começou a conquistar posições importantes, de tal maneira que, em meados dos anos 1960, passa a ter hegemonia dando a direção política, o que perdurou até, aproximadamente, meados da década de 1980. Diferentemente, a CUT, apesar de ter sido composta por várias pequenas organizações de matizes comunistas, nasceu à margem e, em alguma medida, contra os dois principais partidos comunistas brasileiros – PCB e PC do B –, que, no início, participavam de outras organizações sindicais e que, só posteriormente, passaram a compor fileiras dentro da CUT. No caso brasileiro também não havia, logo no começo, uma definição clara de qual era a concepção política hegemônica. Contudo, a partir da segunda metade da década de 1980, o chamado *grupo dos 113*, um agrupamento de sindicalistas e militantes políticos forjados fora do círculo das organizações comunistas, alguns deles influenciados por uma concepção cristã de esquerda, do qual Lula era uma das principais – senão a principal – lideranças, foi o embrião da *articulação sindical*, que passa a ter a hegemonia no interior da CUT e imprime sua direção política.
- Apesar dessas diferenças de comando político, ambas tiveram uma estratégia política similar em suas fases iniciais. Não apenas faziam uma luta contra as respectivas ditaduras, como tinham um caráter bastante combativo, com uma perspectiva classista e buscavam combinar a luta reivindicativa com a luta anticapitalista.
- As duas Centrais sindicais nasceram com um perfil de movimento social e com o tempo foram se transformando em organizações sindicais e se institucionalizando.
- Ambas sofreram mudanças semelhantes em sua estratégia política, que foram sentidas em momentos distintos. Enquanto as CCOO começavam a dar um “giro à direita” nos anos 1980, a CUT nascia e crescia embalada por uma postura bastante combativa e de esquerda. Na década de 1990 foi a vez de a CUT fazer seu “giro à

direita". Apesar dessa diferença, o processo e o caráter das mudanças na estratégia política de ambas são muito similares. De organizações sindicais combativas e de esquerda, com um perfil classista e anticapitalista se converteram em Centrais sindicais reformistas e amoldadas à lógica capitalista, o que para alguns autores caracterizaria uma estratégia social-democrata. Não há, em nenhum dos dois casos, estudos suficientes e conclusivos a respeito das razões que levaram a essas mudanças. Não obstante, é possível sugerir, pelo menos como hipótese, de que haja uma combinação de vários fatores, com destaque para dois deles: o advento e consolidação de um novo padrão de acumulação de capital a partir da década de 1970 e as alterações que provocou nas formas de organização e gestão do trabalho, e uma determinada opção de estratégia política que conseguiu se converter em vencedora, no jogo de forças da luta política que se travou entre as várias correntes que compuseram as duas centrais ao longo de suas respectivas histórias.

- Ambas têm, hoje, um perfil muito similar: são as maiores centrais sindicais de seus respectivos países e expressam uma estratégia de ação política muito parecida.
- Mais do que uma relação próxima, a CUT se constitui, hoje, num dos principais esteios do governo Lula, não apenas pela presença de muitas de suas lideranças nas diversas instâncias de governo, mas principalmente pela opção política que fez, já que a CUT e o PT, ou melhor, a articulação sindical da CUT e a articulação do PT sempre tiveram uma relação simbiótica. No caso da Espanha não se pode afirmar o mesmo, visto que as CCOO nunca tiveram esse tipo de relação com o atual governo e com seu partido, o PSOE, posição que foi ocupada pela UGT, que também teve, ao longo de sua história, uma relação simbiótica com o PSOE. Contudo, apesar de sua independência, é possível indicar, pelo menos como hipótese, já que existem muitos indícios, que não há discordâncias de fundo entre a política do atual governo espanhol e a concepção estratégica das CCOO.
- Relações muito parecidas às anteriores podem ser feitas com respeito à política de formação sindical das centrais sindicais. Em concordância com a estratégia política das duas organizações sindicais, a formação sindical delas, em seus períodos iniciais, buscou, apesar de todos os problemas e limites, formar os militantes, teórica e politicamente, dentro de uma perspectiva classista e anticapitalista, municiando-os não apenas para a luta reivindicativa, mas, sobretudo para a articulação desta com o combate histórico da classe trabalhadora, vale dizer, a luta pela superação do capitalismo. Da mesma forma, quando ocorre uma mudança nos rumos políticos das centrais sindicais, a política de formação sindical das duas, em sintonia com o novo desenho estratégico, se propõe a formar os militantes apenas para a luta reivindicativa, com uma perspectiva de reformas do sistema capitalista.
- Como consequência, foi possível encontrar, também, uma grande similaridade nos materiais, nos conteúdos e nos temas referentes à

formação sindical das duas centrais sindicais nos dois grandes momentos que marcaram a história da formação sindical de ambas.

Embora a formação sindical das duas organizações tenha sofrido acentuadas alterações, é necessário destacar o fato de que, em seus períodos iniciais, ambas desenvolveram, a despeito de todos os problemas, uma formação sindical com um perfil claramente classista, em consonância com suas respectivas estratégias de ação política. Um dos aspectos que mais chama a atenção é a impressionante semelhança encontrada nos materiais daquela época, relativos à formação sindical das duas centrais, vale dizer, nos conteúdos, nos temas abordados, no “espírito” ou na perspectiva apontada, e até nas formas de apresentação visual.

Durante a realização de minha pesquisa nos Arquivos Históricos das CCOO da Catalunha tive oportunidade de ter acesso a alguns materiais de formação sindical da CGT francesa e da CGIL italiana que, apesar de terem problemas de datação, devem ser da época das décadas de 1970 e 80. Embora não tenha feito um estudo mais aprofundado, pude perceber, numa primeira leitura, que as mesmas semelhanças citadas anteriormente encontram-se nesses materiais. O mesmo ocorre com os materiais de formação produzidos pelo 13 de Maio-NEP (Núcleo de Educação Popular), que é a maior e mais antiga escola de formação dos militantes dos movimentos sociais brasileiros e que foi objeto de estudo de Silva (2008).

Parece-me que tais semelhanças não são “meras semelhanças”. Um estudo mais aprofundado e detalhado dessas experiências de formação sindical, concentrado em suas fases iniciais, poderia oferecer importantes elementos contributivos para a discussão de uma proposta de educação na perspectiva da classe trabalhadora. Não se esquecendo, obviamente, da produção teórica acumulada a esse respeito. Mas, isso tudo exigiria outra(s) investigação(ões).

REFERÊNCIAS

- BOTAS, Federico G.-Fierro. La Formación Sindical en Europa – España. In BRIDGFORD, Jeff & STIRLING, John (eds.). **La formación sindical en Europa**. Alzira: Germania / ASE / CCOO, 2002.
- CAMACHO Marcelino. **Principios en que se basa el movimiento sindical y el nuevo estilo de CC.OO.** Formación sindical. Madrid: Secretaría de Formación de la C. S. de Comisiones Obreras, s/d.
- CONFEDERACIÓN SINDICAL DE COMISIONES OBRERAS. **Programa de acción**. Documentos aprobados en el 8º. Congreso Confederal. CSCCOO. Madrid: 2004.
- CORRÊA, João Guilherme de Souza. **Formação de trabalhadores e movimento sindical: desenvolvimento e consolidação da política nacional de formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) na última década (1998-2008)**. 2009. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- FIDALGO, José Maria. Sindicato y sociedad. **Gaceta Sindical**. Reflexión y Debate. CSCCOO. Madrid: Octubre 2001.
- FÜHRER, Ilse Marie. **Los Sindicatos en España: de la lucha de clases a estrategias de cooperación**. Madrid: Consejo Economico y Social (CES), 1996.
- GUTIÉRREZ, Antonio. **Sindicalismo y nuevas realidades**. Madrid: Ediciones GPS, 1993.
- SILVA, Cyntia de Oliveira. **O resgate da trajetória histórico-política do 13 de Maio-NEP - Núcleo de Educação Popular**. 2008. Dissertação de mestrado - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2008.

TUMOLO, Paulo S. **Da contestação à conformação. A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista.** Campinas: Unicamp, 2002.